



## Estado de bem estar social no Brasil: fato ou mito?

Anderson Martins Silva<sup>1</sup>  
Ednéia Alves de oliveira<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo objetiva analisar a afirmação presente em alguns teóricos vinculados aos governos do PT de que houve estado de bem-estar social no Brasil no período 2003-2016. A metodologia utilizada consistiu de revisão bibliográfica e de uma pesquisa documental em sites de órgãos oficiais, não oficiais, jornais e revistas. Os resultados obtidos nos permitem considerar que no Brasil, durante os governos petistas, a política econômica, apesar do crescimento e de leve ampliação da renda, não garantiu os pressupostos de um estado de bem estar social, pois não rompeu com a concentração de renda, as desigualdades sociais e, tampouco rompeu com a ampla informalidade e disparidades regionais, mantendo o país na égide do estado de mal-estar social, como demonstram os elementos apresentados no artigo.

**Palavras chave:** Estado de Bem-estar social, Governos PT, Novo-desenvolvimentismo.

## Estado de bienestar social en Brasil: ¿realidad o mito?

### Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar la afirmación presente en algunos teóricos vinculados a los gobiernos del PT de que hubo un estado de bienestar social en Brasil en el período 2003-2016. La metodología utilizada consistió en una revisión bibliográfica y una búsqueda documental en sitios web de agencias oficiales, no oficiales, periódicos y revistas. Los resultados obtenidos permiten considerar que en Brasil, durante los gobiernos del PT, la política económica, a pesar del crecimiento y un leve aumento de los ingresos, no garantizó los supuestos de un estado de bienestar social, ya que no rompió con la concentración del ingreso, desigualdades sociales y además no rompió con la amplia informalidad y disparidades regionales, manteniendo al país al margen del estado de malestar social, como lo demuestran los elementos presentados en el artículo.

**Palabras clave:** Estado de bienestar social, Gobiernos PT, Nuevo desarrollismo.

<sup>1</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora. anderson.martins.silva@hotmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora. oliveiraedneia21@yahoo.com.br

## Social welfare state in Brazil: fact or myth?

### Summary

This article aims to analyze the statement present in some theorists linked to PT governments that there was a state of social well-being in Brazil in the period 2003-2016. The methodology used consisted of a bibliographic review and a documentary search on websites of official, unofficial agencies, newspapers and magazines. The results obtained allow us to consider that in Brazil, during the PT governments, the economic policy, despite the growth and a slight increase in income, did not guarantee the assumptions of a state of social welfare, as it did not break with the concentration of income social inequalities and did not break with the wide informality and regional disparities, keeping the country under the aegis of the state of social discomfort, as shown by the elements presented in the article.

**Key words:** Welfare state, PT's government, New developmentalism.

### Introdução

Este artigo objetiva introduzir, de forma sumária, uma reflexão sobre a política social e sua relação com a política econômica nos anos de 2003 a 2016 no Brasil e a concepção de estado de bem estar social defendida por alguns autores como Mercadante (2010), Singer (2012), Barbosa (2013), Pochmann (2012; 2014; 2020) e Carvalho (2018) que classificam este período como novo desenvolvimentismo. A afirmação dos autores supramencionados baseia-se na alusão de que os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) ao colocarem o social como peça chave do desenvolvimento econômico e, por conseguinte, adotarem políticas de valorização sistemática do salário mínimo, transferência de renda para os mais pobres e formalização do mercado de trabalho combinadas a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), implantaram o programa democrático popular constituído a partir das lutas dos trabalhadores nos anos 1980 e, por essa via, ainda que tardiamente iniciaram a construção das bases do Estado de bem-estar social brasileiro, tal como inscrito na Constituição de 1988.

A metodologia utilizada foi a pesquisa documental e bibliográfica, dados divulgados sobre investimentos sociais, renda dos trabalhadores, concentração de renda, dentre outros. Na primeira seção do artigo, procuramos apresentar brevemente as principais características do Estado de Bem-Estar Social na Europa do pós-guerra e suas principais determinações econômicas e sociais para evidenciar as peculiaridades daquele momento histórico e seus impactos na relação entre as classes sociais. Não se trata aqui de uma análise comparativa dos estados de bem estar social, apenas uma exposição de seus principais elementos, para, na segunda seção, apresentar os limites das afirmações propugnadas pelos autores destacados anterior-

mente. Dentro dos limites de um artigo, nos propomos a salientar as principais políticas econômicas e sociais implementadas pelos governos do PT, para desmistificar a concepção de que iniciou-se, no período, a construção do Estado de Bem-estar social brasileiro. Nosso estudo no permite apontar que no Brasil, a ofensiva do capital contra o trabalho no pós-1980 – a nível mundial e local – com o objetivo de recuperar as taxas de lucro contribuiu para a permanência da pobreza e dos altos índices de concentração de renda. Nesse sentido, não houve rompimento com a histórica desigualdade social, as altas taxas de informalidade e os baixos salários, inviabilizando qualquer tentativa de consolidação de um estado social no país.

### 1. **Do *New Deal* Rooseveltiano ao Estado de Bem Estar social na Europa**

O Estado de Bem-Estar Social representou um período que conjugou políticas macroeconômicas e políticas sociais reguladas pelo Estado com objetivo de alavancar a economia dos países afetados pela segunda grande guerra. Representou também um estágio de acumulação capitalista baseado no fordismo<sup>3</sup> como relação trabalhista e na teoria keynesiana de intervenção sistemática do Estado no controle da poupança interna objetivando reduzir a ociosidade produtiva de homens e máquinas. No plano social, o relatório de Beveridge, publicado na Inglaterra no início dos anos de 1940 deu as bases para o que viria a ser o welfare state do pós-Segunda Guerra (OLIVEIRA, 2017a)

A inspiração para a implementação deste padrão de acumulação teve seu nascedouro na crise de 1929 nos Estados Unidos da América (EUA). A crise marcou uma mudança significativa do papel do Estado na regulamentação das políticas econômicas e sociais, além de configurar-se como uma das maiores crises do capitalismo até então. Seus impactos serão sentidos em vários países que mantinham relações comerciais com os EUA. Portanto as saídas para a crise envolveram a planificação e a regulação da economia por parte do Estado<sup>4</sup>.

A preocupação dos governos norte-americanos era recuperar a economia do país com a adoção de medidas de caráter monetário, ou seja, de promoção do emprego e da renda para

<sup>3</sup> Para uma consideração mais detida acerca do alcance efetivo da relação trabalhista de tipo fordista no pós-Segunda Guerra, ver Bihl (2010).

<sup>4</sup> A recessão provocada por esta crise afetou a economia mundial provocando uma queda na produção, aumento do número de desempregados, redução dos preços dos produtos, principalmente alimentos e matérias-primas. O comércio mundial sofreu uma queda de 60% afetando os países cujo comércio internacional era basicamente vinculado aos EUA e Europa, caso exemplar do Brasil, com uma economia concentrada na exportação de café, fazendo com que o país fosse responsável neste período por 2/3 das exportações mundiais do produto. Nos anos de 1930 a 1933, o número de desempregados chegou a um percentual de 30% na Alemanha e 44% nos EUA. Hobsbawm (1995), considerando que a ausência de um sistema de proteção aos trabalhadores com base na previdência social e auxílio desemprego agravaram ainda mais as péssimas condições de vida da população.

garantir consumo e produção e que atendessem tanto ao trabalhador quanto ao capitalista gerando um estímulo capaz de contrarrestar a tendência inercial da economia. De 1929 até a Segunda grande guerra os governos de Hoover e Roosevelt aplicaram medidas de contenção da crise que incluíam intervenções maciças no sistema bancário, financeiro e industrial. Outras medidas foram adotadas como o controle dos preços e da produção de produtos agrícolas e industriais para evitar a superprodução, assim como a queima de estoques agrícolas para garantir a competitividade dos preços dos produtos americanos. Para garantir renda foi criado o seguro desemprego e políticas de assistência aos mais velhos<sup>5</sup>, além da redução da jornada de trabalho para gerar mais empregabilidade (OLIVEIRA, 2017b).

Embora iniciadas no governo de Hoover, é somente com Roosevelt que tais medidas surtirão o efeito desejado e a economia voltaria a dar sinais de recuperação. É neste momento que as ideias de Keynes passam a ser melhor definidas sendo determinantes para estabelecer o pacto que ficou conhecido no segundo pós-guerra como keynesianismo/fordismo.

A combinação de produção e consumo em massa com a lógica do pleno emprego de homens e máquinas para evitar a capacidade ociosa da economia será a exigência do Plano Marshall de ajuda norte-americana aos países europeus afetados pela segunda guerra. Até este período, predominava a ideia de um Estado não interventor e regulador da economia. A ideia da mão invisível do mercado pairava como promotora do equilíbrio econômico e ao mesmo tempo da equidade e justiça social. A crise de 1929 – assim como aquelas que vieram posteriormente – evidenciou a incapacidade do mercado de agir livremente, necessitando da ação corretiva do Estado para conter as crises do modo de produção capitalista. Portanto, o *New Deal* expressou a necessidade de regulamentação da economia com a criação de políticas trabalhistas e de renda para promover a recuperação econômica e salvar o capitalismo de suas crises. Os créditos oferecidos pelos EUA através do Plano *Marshall* foram uma combinação de recursos econômicos com medidas de proteção social. Para concessão dos créditos se fazia necessário a adoção de medidas mais ou menos padronizadas em alguns países da Europa. O objetivo, como já destacado anteriormente, era que esses países tivessem capacidade de reconstruir seu parque industrial, retomar relações comerciais com os EUA e conter uma possível vitória de partidos comunistas na Europa. A combinação de fordismo e keynesianismo resultou na criação do que ficou conhecido como Estado de Bem-estar social.

Foi este plano de recuperação que passou a ser considerado como o arcabouço da política social e permitiu as bases do Estado social de alguns estados europeus no pós-guerra.

<sup>5</sup> Um exemplo foi a criação do *Security Act* nos EUA (Oliveira, 2017b).

Baseado no relatório de *Beveridge*<sup>6</sup>, na teoria de Keynes e no processo de trabalho fordista<sup>7</sup>, as premissas da construção do *welfare state* deveriam conter políticas de renda aos desempregados como seguro desemprego e renda aos idosos, moradias populares, assistência à saúde, educação de nível técnico para qualificar força de trabalho para o mercado em recuperação, além de políticas de crédito ao capital para recuperação do parque industrial, forte regulamentação do mercado financeiro a fim de priorizar os investimentos no setor industrial. E, como já salientamos, política de salários elevados e redução da jornada de trabalho.

Essas medidas combinadas deram possibilidade de ascensão ao consumo da classe trabalhadora, haja vista que a renda para os desempregados, a previdência social com tempo de contribuição e idade bem abaixo do que reza a cartilha do FMI nos dias atuais, possibilitaram a obtenção de renda pelos aposentados e o ingresso tardio dos mais jovens no mercado de trabalho. Por outro lado, as mulheres ficavam fora do mercado de trabalho, na sua maioria, respondendo pelos cuidados com os filhos e idosos, desobrigando o Estado a investir em creches e abrigos (OLIVEIRA, 2017a).

A política educacional também permitia a permanência dos jovens mais tempo na escola, o que reduzia o emprego juvenil e por consequência mantinha as taxas de desemprego em patamares bem reduzidos. Em troca os trabalhadores aceitaram as condições de trabalho fordista. Melhores salários e acesso ao consumo foram fundamentais para a aceitação do trabalho atomizado e mecânico proposta pela linha de montagem fordista. Tudo isto combinado com uma tributação progressiva que permitia dividir a conta entre capital e trabalho. É importante destacar que, de acordo com Netto (2001), mesmo quando a política social passa a ser objeto de intervenção por parte do Estado, ela não deixa de ter um caráter despolitizado, fragmentado e conservador. Seu objetivo foi e sempre será o de corrigir desigualdades promovidas pelo modo de produção capitalista.

No plano econômico, o Estado passa a ocupar um papel fundamental na regulação do trabalho e dos contratos trabalhistas. Para tal, foi crucial o acordo entre capital e trabalho, em

<sup>6</sup> O Relatório de Beveridge previa a equidade e universalização das políticas sociais. Contudo, cada país europeu desenvolveu seu estado de bem-estar social com bases nas suas particularidades econômicas, políticas e sociais. Para uma melhor compreensão dos diferentes tipos de *welfare state* ver Esping-Andersen (1997), Oliveira, (2017a).

<sup>7</sup> O fordismo se caracterizou por um processo de trabalho atomizado, pouco qualificado, permitindo a substituição e rotatividade do trabalhador de forma rápida e com forte controle sobre a vida do mesmo fora do ambiente fabril. De acordo com Gounet (1999) o fordismo se amparou no parcelamento das tarefas, automatização das fábricas, criação da linha de montagem, padronização das peças e consumo de massa. Para Pinto (2007), a ideia central de Ford era padronizar os produtos reduzindo assim o tempo de produção através da intensificação do trabalho, desta forma, reduzia-se o valor da mercadoria permitindo o consumo de massa que aumentaria o valor dos salários compensados pelo aumento das vendas.

que o capital aceita uma tributação maior e o trabalhador concorda com o processo de trabalho taylorista/fordista. Nos anos que se seguiram ao pós-Segunda guerra, o número de desempregados reduziu significativamente nesses países. As taxas de desemprego atingiram de 1964 a 1973 percentuais de 0,73 na Alemanha, 2,24 na França, 5,48 na Itália, 2,94 no Reino Unido, Japão 1,22, 4,46 nos EUA e Canadá 4,22 (Eatwell, 1996). Por outro lado, os ganhos do capital também se fizeram notar atingindo patamares bastante elevados comparados com anos anteriores e posteriores. De acordo com Brenner (2003; 2006) a economia mundial cresceu em torno de 4,9% e as taxas de produtividade da força de trabalho foram muito elevadas, de 1950 a 1970 a taxa de lucro da manufatura cresceu tendencialmente atingindo uma média anual de 40,4 no Japão, 24,3 nos EUA e 23,1 na Alemanha.

A engenharia construída no pós-segunda guerra permitiu ganhos às duas classes antagônicas e foi importante para combater a ideia de superação do capital pela via revolucionária, prevalecendo o reformismo como possibilidade concreta, haja vista a crença na possibilidade de conjugação de políticas sociais universais com a acumulação de capital. Mesmo a redução da jornada de trabalho não logrou superar a lógica da acumulação de capital e exploração do trabalhador, pois como bem salientou Marx (2013), a extração da mais valia relativa permite a maior produtividade do trabalho, fazendo com que um trabalhador possa produzir o mesmo que antes em menos tempo, graças ao advento da tecnologia.

Há que se destacar a transferência de capital para os países da periferia via endividamento público. A transferência de dinheiro através de endividamento externo foi um mecanismo fundamental para alavancar o processo de acumulação do período de ouro do capitalismo europeu e norte-americano. Por outro lado, data deste período a chegada de empresas transnacionais nos países periféricos, cujos salários eram mais baixos e a remessa de lucros para os países de origem não era controlada pelos Estados nacionais. Um exemplo foi a vinda de empresas transnacionais para o Brasil nos anos de 1950, durante o governo Kubitschek.

É importante considerar que o Estado de Bem-Estar Social foi resultado de um pacto entre trabalhadores e capital mediado pelo Estado. A cada um cabia uma parte do ônus para manter este padrão de acumulação. Ao Estado cabia exercer o papel de administrador do fundo público e negociador dos contratos coletivos de trabalho com os representantes sindicais. Ao capitalista coube renunciar ao pagamento de salários mais baixos e os custos sociais do trabalho, além de uma carga tributária elevada. Por outro lado, estes custos eram divididos com a classe trabalhadora através de impostos sobre a folha de pagamento e sobre o consumo, além do retorno em forma de créditos fornecidos pelo Estado burguês, sobretudo no financiamento de novas tecnologias, subsídios e incentivos ao pagamento de seguros e previdência

social. Aos trabalhadores a recompensa vinha pelas condições de vida e de consumo e pelo processo civilizatório gerando uma qualidade de vida com baixos índices de pobreza. Para ilustrar os ganhos bilaterais, Eatwell (1996) destaca que a produtividade da indústria manufatureira nos países do G-7 foi, nos anos de 1964 a 1970, de 4,0 % na Alemanha, 5,3% na França, 5,1% na Itália, Reino Unido, 4,2%, EUA, 3,1%, Canadá 4,0 e Japão 9,6% respectivamente<sup>8</sup>. Os ganhos salariais também cresceram, atingindo uma média anual de 5,6% por pessoa nos países da união europeia.

O esgotamento desse estágio de acumulação ocorreu no final dos anos de 1960. A insatisfação dos capitalistas com as baixas taxas de lucro (BRENNER, 2003; 2006) – em particular, nos EUA, Alemanha e Japão – e a queda no consumo serão importantes elementos para esse esgotamento. O advento de novas tecnologias e a implementação de um modelo mais lucrativo no Japão, denominado toyotismo, coloca a necessidade de rever a organização do processo de trabalho fordista. A queda da taxa de lucros dos capitalistas evidenciou a necessidade de reduzir o número de trabalhadores e dos salários, fazendo com que o desemprego aumentasse nos países do G-7. De 1983 a 1992 superou um percentual de 6% nestes países, com exceção do Japão que manteve o desemprego em 2,71% (EATWELL, 1996). De acordo com Marx (2017) a tendência da queda da taxa de lucros é imanente ao processo de produção capitalista. Isto é explicado pela diminuição do capital variável em relação ao capital constante – aumento da composição orgânica do capital – provocando uma queda da taxa de lucro pela incapacidade de gerar trabalho, renda e consumo – crise de superprodução. Assim, a queda na taxa de lucro resulta em perda para os capitalistas que precisam buscar alternativas para recuperar a lucratividade.

Como o capital só obtém valor através do trabalho não pago, a partir da crise iniciada nos anos 1970, tornou-se necessário reduzir os salários e criar tipologias de contratos trabalhistas que permitissem obter ganhos maiores com exploração máxima da força de trabalho. Nesse sentido, o seu mediador, o Estado, atua mais uma vez como maestro das mudanças conduzindo-as de forma a garantir o aumento do grau de exploração da força de trabalho, a compressão do salário abaixo do seu valor, o barateamento do capital constante, a ampliação da superpopulação relativa, do comércio exterior e do capital acionário, com vistas a recomposição da taxa de lucro em queda, tal como ocorre no atual estágio de acumulação capitalista

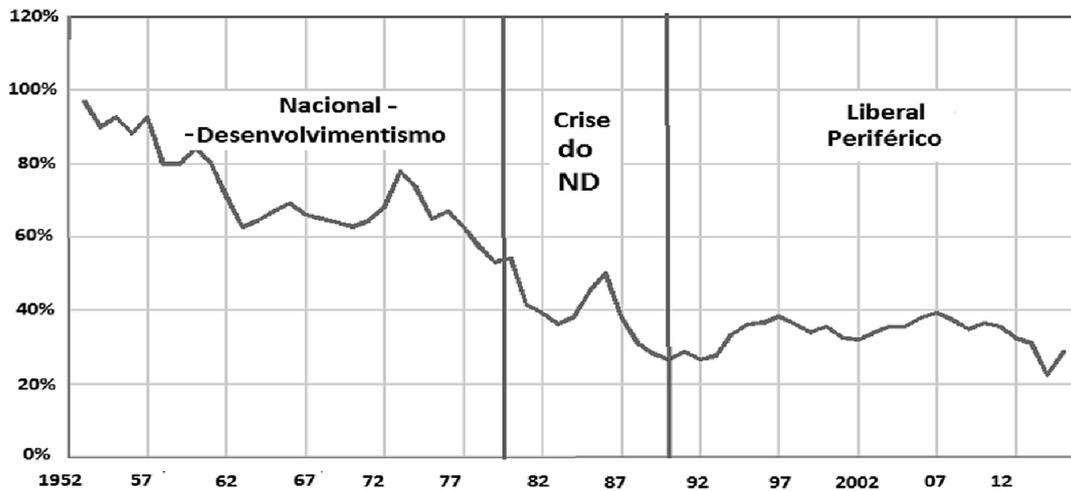
<sup>8</sup> Nos anos de 1983 a 1992 a produtividade caiu nos mesmos países para 2,4%, 2,6%, 2,6%, 3,6%, 2,8%, 2,6% e 5,7%. A taxa do PIB real cresceu nos países do G-7 no período de 1965 a 1973: 4, 5% na Alemanha, 5,3% na França, 5,0% na Itália, 3,3% no Reino Unido, 4,0 Nos EUA, 3,6 no Canadá e 9,6 no Japão. Nos anos de 1983 a 1992 o PIB real apresentou índices bem menores nos respectivos países ficando em 2,9%, 2,2%, 2,4%, 2,3%, 2,9%, 2,8% e 4,0% (Eatwell, 1996, p. 28; 31).

iniciado nos anos de 1980. Na contramão do que afirma a ideologia neoliberal hodierna, longe de prescindir do Estado, o atual estágio de acumulação necessita deste para promover as alterações necessárias para que os processos de concentração/centralização da renda continuem atuando em favor dos ganhos do capital. Ou seja, subsidiar o grande capital com os impostos extraídos da classe trabalhadora, pagar encargos e amortizações da dívida ao FMI, mercantilizar políticas sociais, alterar leis e contratos de trabalho e, também, de acordo com Balanco e Pinto (2007) continuar com a política de conciliação entre as classes, estabelecidas no compromisso social do pós-segunda guerra.

## **2. Bem estar social na era PT: fato ou mito?**

Em consonância com o período de longa recessão aberto nas economias dos EUA, Alemanha e Japão no fim dos anos 1960 (BRENNER, 2003; 2006), a partir de 1973 – último ano do “milagre econômico” da ditadura – o desenvolvimentismo brasileiro entrou em crise. A taxa de lucro na economia brasileira apresentou uma forte tendência de queda. Entre 1973 e 1990 a taxa diminuiu de 79% para cerca de 30% (1952 = 100%). Para reverter a crise e a tendência decrescente da taxa de lucro, passaram a ser implementadas por sucessivos governos – com grande impulso a partir de 1994 nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) – uma série de medidas de cunho liberal em cinco dimensões da organização econômico-social e política do país. Experimentaram-se mudanças na relação entre capital e trabalho, na relação entre as distintas frações do capital, na inserção internacional do país, na estrutura e funcionamento do Estado e por fim nas formas de representação política (FILGUEIRAS et al, 2010) culminando sob os governos do PT na consolidação do modelo liberal periférico (MLP).

**Gráfico 1** – Brasil: evolução da taxa de lucro (1952-2015) e padrões históricos de desenvolvimento dependente (1952=100%)



Fonte: Prado (2017).

Como destacado por Filgueiras et al (2010), é consensual entre os economistas a compreensão de que o desempenho da economia brasileira ao longo dos governos Lula, no geral, foi melhor do que o de FHC, principalmente quando se considera o segundo mandato. Tal fato aparece nas estatísticas macroeconômicas comumente utilizadas “variando apenas o grau de importância que lhe é atribuído, de acordo, quase sempre, com o posicionamento político de cada um: alinhado ou crítico (à direita ou à esquerda) do governo Lula” (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 35). Desse modo, quando em questão as causas e o significado da performance macroeconômica dos governos Lula não existe convergência no diagnóstico.

Os defensores dos governos do PT – dos quais são exemplo Mercadante (2010), Singer (2012), Pochmann (2012; 2014; 2020) e Barbosa (2013) – apontam como causa para os melhores resultados obtidos em relação aos governos FHC, a ruptura com a política econômica neoliberal. Chegam a afirmar, como o fazem Mercadante e Barbosa, o surgimento de um novo desenvolvimentismo a partir do segundo mandato (2006-2010) acompanhado da construção das bases do Estado de bem-estar-social brasileiro (SINGER, 2012; POCHMANN, 2014).

Segundo Pochmann (2020, p. 136):

[...] o movimento de redemocratização nacional estabelecido em torno da Constituição Federal de 1988 convergiu na construção do Estado de bem-estar social enquanto amplo e profundo conjunto de ações inclusivas no interior da sociedade de serviços em formação. Após quase três décadas de “mais idas do que vindas”, o ainda inconcluso Estado de bem-estar social foi ferido de morte por regressão autoritária imposta por golpe de Estado, em 2016, sob o pretexto de equilibrar as finanças governamentais mediante a exclusão de pobres do orçamento público.

De maneira geral, o embate político entre o governo Lula e as perspectivas de direita, aparece de maneira politicista (CHASIN, 2000) na figura da oposição entre petistas e tucanos, governos Lula versus governos de FHC e mais recentemente na oposição entre o período lulista e o governo Bolsonaro. Assim, conforma-se uma espécie de “círculo de ferro” que “estreita a percepção sobre a natureza do capitalismo brasileiro, pois circunscreve a observação e a análise à esfera fenomênica e aparente dos processos econômico-sociais” (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 37). Ao se manter nos limites da política – politicista – acaba afirmando a política econômica neoliberal como única possível, ou como algo “inegociável”. A tese doutoral de Mercandante (2010) expressa de maneira mais acabada tal perspectiva.

Nas análises politicistas destacadas, a questão central da natureza e limitações objetivas do capitalismo brasileiro é tirada do foco analítico, colocando-se em primeiro plano a discussão acerca de que governo foi mais ou menos competente na gestão do processo de acumulação capitalista em curso no país. Deste modo, na contramão de tais perspectivas, entendemos que um primeiro passo para a compreensão do sentido da evolução histórica da formação social brasileira nas duas primeiras décadas do século XXI é a recolocação do foco analítico sobre a natureza e limitações objetivas do capitalismo brasileiro, em particular, a partir da crise do desenvolvimentismo, de modo a evidenciar as características do padrão de acumulação liberal periférico vigente a partir dos anos 1990 no Brasil.

A melhoria dos indicadores macroeconômicos a partir de 2003 foi resultado em grande medida da ocorrência de uma conjuntura econômica internacional favorável que possibilitou a flexibilização da política econômica. Longe de constituir a formação de um modelo novo desenvolvimentista, as medidas adotadas ao longo dos governos PT constituíram-se como importante fonte de legitimação do MLP e de sua política macroeconômica, contribuindo deste modo para a “consolidação da hegemonia – no sentido preciso de Gramsci – das frações financeiro-exportadoras do capital e dos grandes grupos econômicos privados e estatais nacionais” (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 39; GONÇALVES, 2013).

Durante os governos Lula e Dilma, não ocorreu ruptura no processo de precarização do trabalho aprofundado nas duas décadas anteriores, proliferaram-se a terceirização e a informalidade. Em 2016, 63% das empresas industriais – indústria de transformação, extrativa mineral e construção – utilizavam trabalhadores terceirizados, 84% pretendiam manter ou ampliar a contratação de trabalhadores terceirizados nos anos seguintes, 54% afirmavam que seriam prejudicadas caso a terceirização fosse proibida, 88,9% das empresas pesquisadas apontavam a diminuição dos custos de produção como principal incentivo a terceirização e,

por fim, 67,6% destacavam a insegurança jurídica como principal obstáculo à terceirização (ausência de regulação que nossos parlamentares prontamente procuraram solucionar com a lei da terceirização – PL 4.330/04 – em 2017 sob Temer) (CNI, 2017). Como vemos, a flexibilização dos direitos trabalhistas permaneceu na ordem do dia nos anos do lulismo e, intensificou-se no pós-golpe de 2016, como dão mostras as recentes propostas da reforma trabalhista e a carteira de trabalho verde e amarela defendida por Bolsonaro/Guedes.

No que diz respeito aos sindicatos, estes “continuaram na defensiva e sem capacidade de mobilização dos trabalhadores”, dinâmica “reforçada agora pelo processo de transformismo ocorrido em sua vanguarda” (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 49). Em paralelo às medidas para incrementar o consumo, o emprego e a renda dos trabalhadores na base da pirâmide social – política de valorização do salário mínimo real, bolsa família e ampliação do crédito para o consumo – possibilitadas pela intensificação do crescimento econômico, em particular, ao longo do segundo mandato de Lula, o PT seguiu com a agenda econômica de ajuste fiscal permanente, preconizada pelas agências internacionais desde 1988. O que não impediu que as taxas de desemprego diminuíssem de acordo com a conjuntura, passando de 12,32%, em 2003, para 5,98%, em 2011 – menor taxa nos governos PT. A partir de então, como reflexo da deterioração da situação econômica do país ao longo dos governos Dilma e no pós-golpe de 2016, o desemprego voltou a crescer atingindo 7,32% em 2012, 6,78%, em 2014, 12,77%, em 2017 e 12,26% em 2018 (IPEA, 2020). No primeiro ano do governo Bolsonaro o desemprego se manteve próximo dos 12%, porém, sob impacto da pandemia a situação volta a se deteriorar e os desempregados passaram a representar 14% da População Economicamente Ativa (PEA)<sup>9</sup> em setembro de 2020 – 13,5 milhões de trabalhadores (IBGE, 2020).

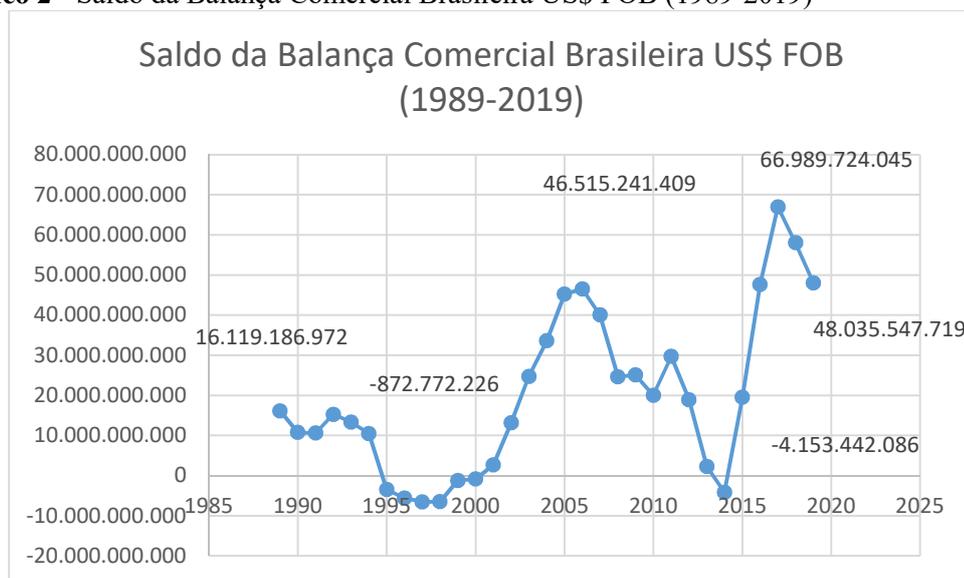
Na questão agrária as coisas não se deram de maneira muito diferente, os trabalhadores sem-terra só obtiveram revezes, sendo o processo de reforma agrária praticamente paralisado. Como podemos notar não há grande diferença nos números da reforma agrária entre os governos de FHC e do PT, enquanto nos oito anos do governo FHC foram assentadas 528,4 mil famílias, no período que vai de 2003 a 2012 compreendendo dois mandatos de Lula e meio mandato de Dilma foram assentadas apenas 562,7 mil famílias (ROMERO; ANDREASSY; GODEIRO, 2014). Ao passo que a reforma agrária naufragava se desenvolvia o “apoio e a conivência do governo na implantação dos transgênicos e o estabelecimento de uma relação privilegiada entre o governo Lula e o agronegócio” (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 49).

<sup>9</sup> Os dados de 2020 já são influenciados pelo contexto da pandemia do COVID-19 (coronavírus).

No que diz respeito as relações intercapitalistas, o governo Lula impulsionou por meio das empresas e bancos oficiais um amplo movimento de concentração e centralização de capitais que beneficiou os grandes grupos nacionais – campeões nacionais – atuantes tanto na esfera produtiva, quanto na esfera financeira, fortalecendo o processo de internacionalização desses setores. Em particular, “observa-se uma articulação desses grandes grupos no interior do Estado, através da sua imbricação com as instituições financeiras estatais, os fundos públicos e os fundos de pensão”. No arranjo apontado, o BNDES cumpriu um papel central no financiamento de fusões e aquisições característico dos processos de concentração e centralização de capitais em curso – são exemplos dessa dinâmica, a intervenção do Estado no processo de associação de grandes grupos econômicos como a Sadia e a Perdigão, por intermédio do BNDES, e a compra através do Banco do Brasil de parte do Banco Votorantim (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 49-50). O mesmo ocorre nas áreas de infraestrutura e petroquímica onde “grandes grupos econômicos nacionais, associados ao Estado, participam da implantação de megaempreendimentos e na futura exploração dos serviços que daí derivarão” (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 51).

No que se refere a instabilidade macroeconômica, observamos a melhora da balança comercial brasileira, cujo saldo variou de - US\$ 872.722 milhões em 2000, para US\$ 46.515.241 bilhões em 2006, mantendo-se positivo até 2014, porém, com tendência de queda que se aprofundou sob Dilma atingindo em nesse último ano o saldo negativo de - US\$ 4.153.442 bilhões. Entre 2015 e 2017 ocorreu uma breve alta do saldo, verificando-se um novo recuo nos anos de 2018 e 2019.

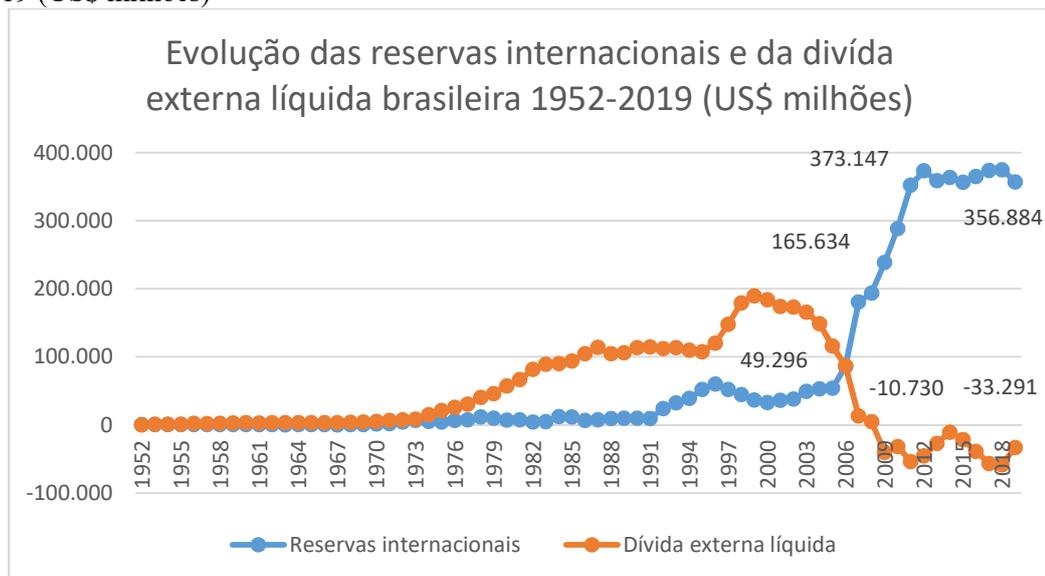
**Gráfico 2** - Saldo da Balança Comercial Brasileira US\$ FOB (1989-2019)



**Fonte:** Ministério da Economia (2020). Elaborado por nós.

Para além da melhora em nossa balança comercial, houve a redução de nossa dívida externa líquida que variou de US\$ 165.634 bilhões em 2003, para -US\$ 10.73 bilhões, em 2014, e - US\$ 33.291 bilhões. em 2019, e o forte crescimento das reservas brasileiras em moeda estrangeira com variação de US\$ 49.296 bilhões em 2003 para US\$ 273.147 bilhões, em 2012, e US\$ 356.884 bilhões, em 2019.

**Gráfico 3** - Evolução das reservas internacionais e da dívida externa líquida brasileira 1952-2019 (US\$ milhões)



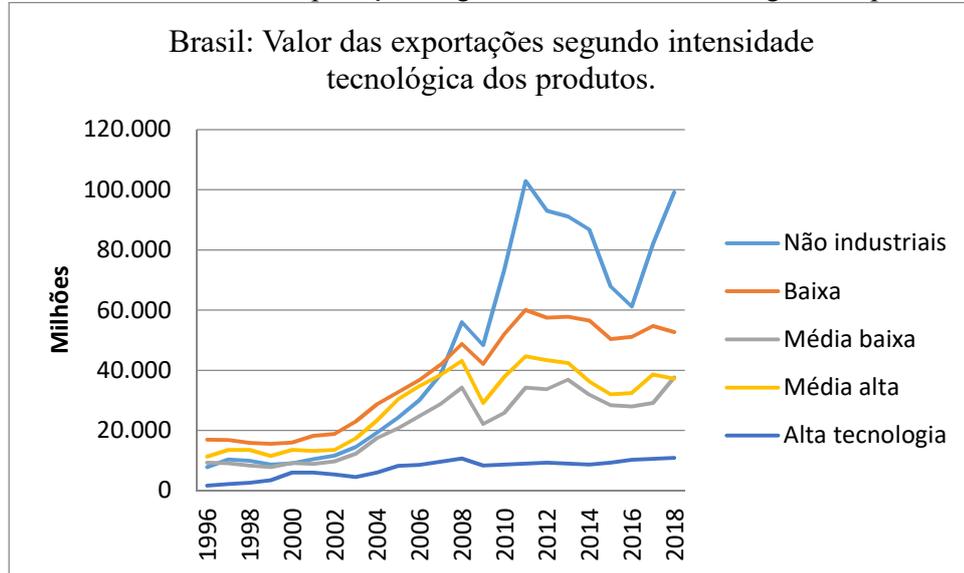
**Fonte:** Ministério da Economia (2020). Elaborado por nós.

Como evidenciado, na maior parte do período 2000-2019 o Brasil obteve uma balança comercial positiva – exportou mais do que importou –, houve diminuição da dívida externa líquida e crescimento significativo das reservas em moeda estrangeira, levando alguns analistas a identificarem tal movimento com a diminuição da vulnerabilidade externa da economia brasileira (MERCADANTE, 2010; BARBOSA, 2013), sem diferenciarem a vulnerabilidade externa conjuntural da estrutural. Consideramos tal procedimento um grande equívoco, na medida em que, as limitações estruturais da evolução histórica de nossa economia são descon sideradas, levando a compreensões falaciosas acerca de supostas tendências progressivas da formação social brasileira no período.

Segundo Filgueiras et al (2010, p. 50), a nova inserção internacional do Brasil tão reivindicada pelos defensores da tese do novo desenvolvimentismo, não representou “alteração significativa em relação ao período anterior”, mas apenas e tão somente, a manifestação na particularidade brasileira “da fase ascendente do ciclo econômico internacional e, em especial,

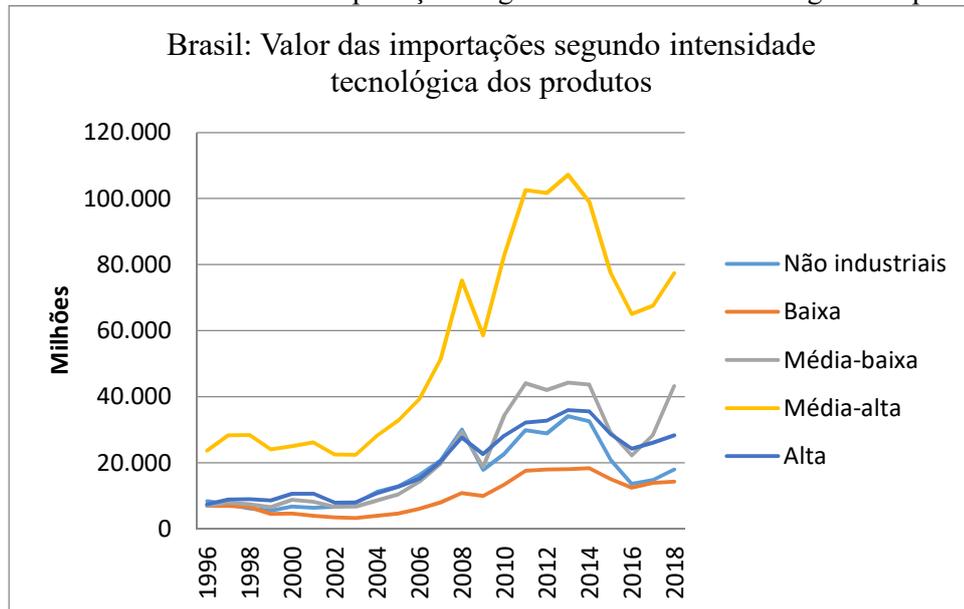
em virtude do ‘efeito China’, em que pese a política cambial equivocada de valorização do real” sem mudanças significativas na composição das exportações e importações.

**Gráfico 4** - Brasil: Valor das exportações segundo intensidade tecnológica dos produtos.



Fonte: Funcex (2019). Elaborado por nós.

**Gráfico 5** - Brasil: Valor das importações segundo intensidade tecnológica dos produtos



Fonte: Funcex (2019). Elaborado por nós.

Os gráficos acima, nos revelam que apesar do movimento de diversificação do destino das exportações brasileiras conduzido pelos governos do PT ao longo de seus mandatos, quando considerada a estrutura das exportações e importações em sua composição tecnológica, observamos que nessa segunda década do século XXI o país permanece participando do

mercado mundial na posição de exportador de produtos industriais de baixo conteúdo tecnológico, commodities agrícolas e minerais, ao passo que, do ponto de vista das importações predomina a importação de componentes e bens de capital com alto teor tecnológico. Desse modo, o Brasil que havia atingido patamares tecnológicos significativos na antessala da crise do desenvolvimentismo nos anos 1980 – aproximando o seu parque produtivo dos existentes nos países desenvolvidos à época – a partir da reestruturação do capitalismo brasileiro iniciada no fim dos anos 1980 e consolidada nas primeiras décadas dos 2000 retomou uma das características da economia brasileira mais combatidas pelo pensamento desenvolvimentista clássico da CEPAL (PREBISCH, 1962; FURTADO, 2007), qual seja: a especialização regressiva na produção e exportação de commodities agrícolas e minerais.

De fato, a diminuição da vulnerabilidade externa observada no período é meramente conjuntural, visto que, a economia brasileira foi fortemente afetada pela crise aberta a partir de 2008. A diminuição da taxa de crescimento (PIB) do país a partir de 2007 – 6,06% – e o aprofundamento da queda sob impacto da crise econômica mundial com variação de -0,12% em 2009, 7,52% em 2010, 1,92% em 2012, -3,54% em 2015, -3,30 em 2016 e 1,11% em 2018 (BANCO MUNDIAL, 2019) trouxeram à tona o problema da permanência da vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira. Como sinalizamos, não houve melhora significativa nem da composição das exportações e nem da estrutura produtiva brasileira nas duas primeiras décadas do século XXI. Ao contrário do que divulgam os teóricos do novo desenvolvimentismo, a política de infraestrutura plasmada no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC),

[...] revela concentração de recursos na ampliação da infraestrutura logística, produtiva e energética, com ênfase no aumento da capacidade de exploração de combustíveis fósseis. Ou seja, os incentivos do PAC aumentam a importância atribuída aos produtos primários – em particular o petróleo – na pauta das exportações, reforçam a dependência das *commodities* [...] e agravam a especialização retrógrada em curso que se realiza por meio da reprimitização das exportações nas economias periféricas (CHAGAS et al, 2015, p. 272).

Os governos do PT foram responsáveis pelo estabelecimento de um consenso – conciliação de classe – baseado na “obtenção da confiança do grande capital e do consentimento dos setores subalternos” com o fortalecimento da hegemonia do capital financeiro e do atendimento de suas necessidades de acumulação. Acompanharam esse arremedo de bonapartismo o avanço da pequena política no sentido gramsciano com a “estatização dos partidos no poder, cooptação fisiológica para formação de maiorias, patrimonialismo e esvaziamento das instâncias parlamentares, com o fortalecimento das agências governamentais executivas” de modo

que, neste ponto também não ocorreram grandes modificações em relação aos governos anteriores (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 51).

Em suma, como procuramos demonstrar, estabeleceu-se uma linha de continuidade entre os governos FHC e Lula que persistiu sob Dilma, e se aprofunda no pós-golpe de 2016, expressa na manutenção do Modelo Liberal Periférico instável e gerador de vulnerabilidade externa estrutural – consolidou-se um desenvolvimentismo às avessas (GONÇALVES, 2012). Apesar disso, nos governos Lula, dada a conjuntura internacional favorável nos anos 2000, reduziu-se a vulnerabilidade externa conjuntural da economia (GONÇALVES, 2013) abrindo espaço para uma flexibilização da política macroeconômica neoliberal, manifesta na redução da taxa de juros, expansão do crédito e do investimento do Estado. Esta flexibilização conjuntural do ajuste econômico neoliberal permitiu a “ampliação dos gastos com a política social focalizada (Bolsa Família) e a adoção de uma política de aumento real do salário mínimo” (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 37-38).

Ainda, em relação a política social, Mercadante (2010) e Carvalho (2018) enfatizam que, os governos PT privilegiaram a universalização das políticas sociais. Contudo, esta afirmação não procede, visto que, a saúde, a educação e a previdência continuaram divididas entre o setor público, de qualidade inferior e o privado com serviços de melhor qualidade, criando uma dualidade entre quem pode pagar e os que dependem dos serviços públicos. Moradia, transporte, educação, segurança, dentre outros são políticas de mercado, bem distantes da universalidade “defendida” pelos governos PT e que vigorou nos países onde de fato o Estado de Bem-estar Social teve lugar. O mesmo podemos dizer em relação às políticas de emprego e renda. Estas são focalizadas, parciais, descontínuas e baseadas em programas de transferência de renda, com valores que não permitem o acesso aos bens de consumo de outros segmentos da população. Por outro lado, são programas que funcionam como barganhas eleitorais e que são retirados em função de interesses do capital quando necessário.

Considerar um Estado de Bem-Estar social sem as benesses alcançadas nos países de capitalismo central, onde o salário era a via da inserção no consumo e a produção em massa permitia a geração de empregos que subsidiava, em conjunto com o capital, o fundo público para financiamento das políticas sociais de forma geral é apostar num reformismo sem reformas (ARCARY, 2014) ou, para usar as palavras de um adepto do lulismo, ocultar o reformismo lento e desmobilizador vigente nos governos do PT (SINGER, 2012).

Outro dado a ser considerado é a ausência de políticas assistenciais durante a vigência do Estado de Bem-Estar Social na Europa, pois o seguro desemprego e outros tipos de políticas de atenção ao trabalhador fora do mercado de trabalho permitia a manutenção da renda,

não pela via da transferência de renda mínima, e sim com políticas de renda que variavam em torno de 70 a 80 % do salário recebido, além de serviços de qualidade que funcionavam como salários indiretos aos trabalhadores como saúde, educação, transporte, moradia, dentre outros (OLIVEIRA, 2017b).

Como destacamos no início da seção, as medidas adotadas sob o MLP, tiveram como objetivo a reversão da crise da economia brasileira ao fim dos anos 1980 e a retomada da lucratividade do capital. Dito isso, observamos que, por um lado, tais medidas não foram capazes de recuperar as taxas de lucro observadas no auge do desenvolvimentismo, mas, somente de estabilizá-la entre 35% e 40% no período 1991-2007 (gráfico 1). Com o advento da crise econômica mundial em 2008, a taxa de lucro na economia brasileira voltou a se deteriorar, atingindo em 2013 o menor patamar da série histórica, cerca de 20%. Tal movimento, colocou em xeque a possibilidade de conciliação da lucratividade do capital operante no país com as limitadas políticas distributivas do lulismo, abrindo o caminho para o golpe em 2016. Fazia-se necessário acelerar os ataques contra as condições de vida da classe trabalhadora brasileira.

Nesse contexto de crise da lucratividade do capital, no segundo governo Dilma, em uma última tentativa do lulismo de adequar as respostas do Estado as exigências do capital – aprofundamento do ajuste fiscal –, apostou-se mais uma vez na retirada de “benefícios” aos trabalhadores, retirando investimentos de políticas de emprego e renda. No final de 2014, logo após a reeleição, com o liberal Joaquin Levy no comando do antigo Ministério da Fazenda, Dilma altera as regras do seguro desemprego, do sistema de pagamento do PIS e do pagamento de pensão por morte e auxílio doença. De acordo com a nova lei, as regras para o acesso ao seguro desemprego, nossa única política passiva de emprego, exigiriam maior tempo de trabalho com carteira assinada (OLIVEIRA, 2017b).

A justificativa para tais mudanças foi a geração do superávit primário. Portanto a política social brasileira continua sendo o mecanismo de barganha para garantir o processo de acumulação de capital em curso no país. Dessa forma atende a dois senhores pois transfere renda mínima aos pobres ao passo que amplia a lucratividade do grande capital financeiro nacional e internacional por meio do pagamento de juros elevados (MARQUES; MENDES, 2007). É paradigmática a retirada dos custos sociais do trabalho das empresas com a flexibilização e precarização dos contratos e relações trabalhistas, retirando benefícios como décimo terceiro salário, FGTS, férias remuneradas, dentre outros. A política social, portanto, permaneceu com seus traços históricos de fragmentação, focalização e residualidade e sem alterar a desigualdade social no país. Exemplo é o Programa Bolsa Família que, com investimentos de 18 bilhões em 2012, beneficiou cerca de 50 milhões de pessoas, atestando a existência de ¼

da população vivendo em situação de pobreza (ROMERO; ANDREASSY; GODEIRO, 2014). Ao contrário da universalização desse programa como atesta Carvalho (2018), primou pela focalização entre os mais pobres e não no atendimento de todos os necessitados, evidenciando ser um programa seletista, fragmentado e residual. Nesse sentido, podemos afirmar que o estado de bem-estar no Brasil dos governos PT é um mito, pois não alterou a distribuição da renda entre o capital e o trabalho e nem reduziu a enorme desigualdade social existente no país.

### **Considerações finais**

Diante do exposto consideramos que a partir de 2016 houve um aprofundamento da retirada de direitos trabalhistas e sociais – exclusão de pobres do orçamento público –, do desemprego e o fim da política de valorização do salário mínimo real, revelando uma piora nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora brasileira, porém, discordamos de que entre 2003 e 2016 ocorreu a manifestação de um novo desenvolvimentismo – ou governos pós-neoliberais como pretendem os autores sinalizados – e a construção do Estado de bem-estar social brasileiro. Tal afirmação não passa de um mito. O que ocorreu, de fato, foi a conjunção entre o minimalismo assistencialista e a repressão extraeconômica das camadas pauperizadas (NETTO, 2017) fundadas na conjuntura econômica favorável propiciada pelo *boom* das *commodities* nos anos 2000. Não houve ruptura com o modelo liberal periférico encetado a partir dos anos 1990 em resposta a crise do desenvolvimentismo, mas sim, a sua consolidação, e com ela, a ampliação da hegemonia dos setores ligados as finanças e a exportação de *commodities* agrícolas e minerais. Sob a casca do dito Estado de bem-estar social brasileiro, cresceram e se fortaleceram os principais interessados no aprofundamento dos ataques contra a classe trabalhadora brasileira viabilizado pelo golpe de 2016.

Portanto é falacioso afirmar que o país viveu um Estado de Bem-Estar Social, mas sim permaneceu sob o estado de mal-estar social como destacou Oliveira (1998), sobretudo, porque algumas das condições fundamentais que caracterizaram tal Estado não se apresentaram na realidade brasileira. Dentre elas, como procuramos evidenciar, podemos citar a ausência de políticas sociais que permitissem ao trabalhador obter renda enquanto fora do mercado de trabalho, de políticas salariais elevadas, de ênfase na extração da mais-valia relativa frente a extração da mais-valia absoluta, permitindo nos países onde vigorou o Estado de Bem-Estar Social mais tempo livre para consumo do lazer, ausência de um padrão de acumulação de base fordista/keynesiano e, da presença do Estado como regulador da economia financeira e

promotor da produção e consumo de massa. Ainda podemos destacar como elementos que diferenciam a situação brasileira ao longo dos governos PT daquela vivenciada nos países onde vigorou o Estado de Bem-Estar Social, a inexistência de tributação progressiva para custear as políticas de renda e de serviços, a exploração massiva da juventude trabalhadora e das mulheres no mercado de trabalho, os baixos salários pagos aos trabalhadores, a persistência de uma taxa de desemprego elevada, a alta informalidade e a ausência ou ineficácia de políticas passivas de emprego demonstram o exposto por nós.

## Referências

ARCARY, V. **Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira**. São Paulo: Sundermann, 2014.

BANCO MUNDIAL. System of National Accounts. 2019. Disponível em: <http://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/themes/economy.html>. Acesso em: 25 de jan. 2020.

BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. In: **10 Anos de Governos Pós-Neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013, págs 69-102.

BALANCO, P; PINTO, E.C. Os anos dourados do capitalismo: uma tentativa de harmonização entre as classes. **Pesquisa e Debate**, São Paulo, vol 18, nº 1 (31), p. 27-47, 2007.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa. O movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 2010.

BRENNER, R. **The economics of global turbulence: The Advanced Capitalist Economies from Long Boom to Long Downturn, 1945-2005**. London-New York: Verso, 2006.

BRENNER, R. O Boom e a Bolha. Rio de janeiro: Editora Record, 2003.

CARVALHO, L. **Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

CHAGAS et al. Desenvolvimento e dependência no Brasil nas contradições do Programa de Aceleração do Crescimento. **o&s**, Salvador, v. 22, n. 73, p. 269-289, Abr./Jun. 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Terceirização é elo estratégico na produção da indústria (2017). Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/sondesp-68-terceirizacao/>. Acesso em 20 de jan, 2020.

EATWELL, J. Desemprego em escala mundial. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 5, nº 1, p. 25-43, Jun. 1996.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do *welfare state*. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n.24, p.85-116, set.1991.

FILGUEIRAS, L; PINHEIRO, B; PHILIGRET, C; BALANCO, P. Modelo Liberal Periférico e Bloco de Poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamound, 2010, p. 35-69.

\_\_\_\_\_; GONÇALVES, R. **A economia política do Governo Lula**. 1º ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR. (2019). **Indicadores do comércio exterior brasileiro**. Disponível em: <http://www.funcexdata.com.br/>. Acesso em 22 de janeiro, 2020.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES, R. **Balanço crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores**. 2013. Disponível em [http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/r\\_goncalves\\_balanco\\_critico\\_12\\_05\\_2013.pdf](http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/r_goncalves_balanco_critico_12_05_2013.pdf). Acesso em: 30 de jun. 2018.

GONÇALVES, R. Governo Lula e o Nacional Desenvolvimentismo às avessas. In: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia**, São Paulo, nº 31, p. 5-30, fev. 2012.

GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo, Boitempo, 1999.

HOBSBAWN, E. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Carta de conjuntura: setembro de 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/series-estatisticas-conjunturais-2/>. Acesso em: 20 de out. 2020.

MARQUES, R. M. MENDES, A.N. Servindo a dois senhores. As políticas sociais no governo Lula. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 10, n.1, p. 15-23 jan-jun. 2017.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MERCADANTE, A. **As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: Análise do Governo Lula (2003-2010)**. Campinas, 2010, 537 pp. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Balança comercial brasileira. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>. Acesso em: 20 de set. 2020.

NETTO, J. Uma face contemporânea da barbárie. In: BRAZ, M (Org). José Paulo Netto. Ensaios de um marxista sem repouso. São Paulo: Cortez, 2017.

NETTO, J. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, E. Acumulação de capital e generalização da pobreza. Olhando a árvore e esquecendo-se de ver a floresta. In: OLIVEIRA, E; LAMAS, F (Org.). **Ofensiva do capital, trabalho e desigualdade social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017a. p. 51-72.

OLIVEIRA, E. **A política de emprego na Itália e no Brasil: a precarização protegida e a precarização desprotegida**. Editora CRV, Curitiba, 2017b.

OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. São Paulo: Vozes, 1998.

PRADO, E. Das explicações para a quase estagnação da economia capitalista no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 37, n. 3, p. 478-503. 2017.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20. Taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

POCHMANN, M. Estado de bem-estar social no Brasil: a construção interrompida?. In: CASTRO, J; POCHMANN (Org.). **Brasil: Estado social contra a barbárie**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.

POCHMANN, M. **O Mito da Grande Classe Média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

POCHMANN, M. **Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais. IN; CEPAL (org). **Boletim econômico de América Latina**, vol. VII, nº 1. Santiago do Chile: ONU, 1962.

ROMERO, D., ANDREASSY, É., & GODEIRO, N. **Os motivos da revolta popular: um balanço crítico do governo do PT**. São Paulo: ILAESE, 2014.

SINGER, A. **Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SIQUEIRA, L. Programa Bolsa Família: uma inovação conservadora? **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.23, n. 1, p. 177-195. jan./jun, 2013.